



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 738545 - SE (2015/0161181-1)

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN

AGRAVANTE : FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS

ADVOGADOS : MARCUS FLÁVIO HORTA CALDEIRA E OUTRO(S) - DF013418

ERICH ADOLFO SILVA WEINSTOCK E OUTRO(S) - RJ033872

RENATO LOBO GUIMARÃES - DF014517

MARCOS VINÍCIUS BARROS OTTONI - DF016785

ANA PAULA CAVALCANTE MILET - SE006474

IANY PATRÍCIA DOS SANTOS RANGEL - DF035262

DAYANNE ALVES SANTANA E OUTRO(S) - DF036906

NAYCA NEGREIROS FERREIRA E OUTRO(S) - SE000487B

DANIELLE COSTA NASCIMENTO NERES - BA042763

DAYANNE ALVES SANTANA - DF019392

DEBORA CECHE FALCONE - DF049769

LARISSA CRISTINE DE MENEZES MOTTA - DF052895

AGRAVADO : IVONE VIANA CRUZ FREIRE

ADVOGADOS : LAURA CRISTINA MACHADO FIGUEIREDO - SE002985

SANDRA MARCIA FRAGA AZEVEDO BORGES E OUTRO(S) - SE004148

FERNANDA SANTANA MOISÉS - SE005087

INTERES. : PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A

ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DESPACHO

Consulta-me o i. Min. Herman Benjamin acerca da minha eventual competência para o julgamento do presente agravo em recurso especial, interposto por FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS.

Compulsando-se os autos, verifica-se que o presente processo foi, originariamente, remetido ao STJ e a mim distribuído, sendo que, em 04/04/2017, proferi decisão determinando o retorno do recurso ao Tribunal de origem, em razão da afetação da matéria nele discutida (e-STJ fls. 692/693).

Sucedeu, então, a interposição de agravo interno, que fora rejeitado pela e. 3ª Turma (e-STJ fls. 715/719), e, após, a oposição de embargos de divergência, atribuídos à relatoria do Min. Herman Benjamin.

Sua Excelência, de seu turno, indeferiu liminarmente os embargos de divergência (e-STJ fls. 748/751), o que fora mantido quando do julgamento de agravo

interno pela Corte Especial (e-STJ fls. 775/782).

Certificado o trânsito em julgado, os autos retornaram ao TJ/SE, no entanto, o Presidente do Tribunal novamente os remeteu a esta Corte, sob o fundamento de ser necessário examinar, preliminarmente, a deserção do recurso especial interposto (e-STJ fls. 865/866).

Nesse contexto, considerando a necessidade de novo exame dos requisitos de admissibilidade do recurso especial, e tendo em vista que o i. Min. Herman Benjamin apenas atuou no julgamento dos embargos de divergência, esgotando-se a jurisdição cabível na hipótese, constato que, de fato, é minha a competência para julgamento do feito.

Assim, ENCAMINHE-SE o processo à Secretaria Processual para a devida redistribuição. Após, retornem os autos conclusos.

Publique-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora